



Ministério Público do Estado do Amapá

Concurso Público para o Provimento de Vagas de Técnico Ministerial – Especialidade: Apoio Administrativo

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-003

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, leia o texto abaixo.

A cabeça do caboclo é muito diferente da cabeça de quem mora na cidade e vive exposto aos meios de comunicação de massa. Caboclo é a gente mais real-fantasiada que há. Ao mesmo tempo que é desconfiado, como seus ancestrais indígenas, é também muito crédulo. Admira a retórica na boca de gente elegante e enganadora. Concebe-se como o matuto não merecedor de privilégios dos entendidos. São sonhadores, mas sabem como ninguém que sonho é só para se sonhar e deve ficar sempre somente na cabeça. Caboclo gosta mesmo é da orgia da mata, com a excelsa cantoria da passarinhada, de insetos, de répteis e de mamíferos selvagens ou domesticados. Embebeda-se com o cheiro das plantas nativas e capins ou árvores plantadas. Reverencia a água, uma de suas maiores fontes de alimentação. A natureza é sua maior sedutora e musa inspiradora. Caboclo não se casa. Junta-se. E comunga tudo com a(o) companheira(o): trabalho, esperança, sonhos, pesares, ignorâncias, enfados, boia, pirão, alegrias e prazeres caboclos. E nem precisa de cartório para legalizar as coisas. Vale a palavra de honra do caboclo. Cartório é coisa para o cidadão, que deve se precaver do calote civilizado. Mas caboclo também não é santo. Mente. E quando mente, jura por todos os santos que está falando a verdade. Cruel é o coração que não lhe acredita. A mulher cabocla não engravida. Embucha. Fica de barriga. Emprenha. No mato, esta não sofre dos melindres da mulher urbana. Tudo o que vier a sentir faz parte da trama da multiplicação.

(Adaptado de: SANTOS Janete. **Ideologia cabloca**. 61 cronistas do Amapá, 2020)

1. A inversão sintática em “*Cruel é o coração que não lhe acredita*” tem como efeito principal:
 - (A) simplificar o ritmo sintático, aproximando a fala da linguagem coloquial.
 - (B) enfatizar o verbo, que se torna o núcleo semântico da proposição.
 - (C) ocultar o sujeito, com o objetivo de generalizar a ação e evitar o julgamento.
 - (D) valorizar o predicativo, dando ao enunciado ênfase afetiva.
 - (E) neutralizar o sentido avaliativo, tornando a frase mais objetiva e impessoal.

2. A caracterização do caboclo no texto revela uma construção identitária que:
 - (A) combina traços de simplicidade e sabedoria, contrapondo-se à artificialidade do mundo urbano.
 - (B) apresenta o campo como espaço arcaico e rústico, sem relação com a vida moderna e civilizada.
 - (C) exalta o homem da cidade como modelo de civilização e padrão de comportamento sociocultural.
 - (D) reforça a inferioridade do meio rural campestre diante do progresso da cultura citadina e urbana.
 - (E) descreve o caboclo de forma neutra e singela, sem juízos de valor ou posicionamento ideológico.

3. Na expressão “*gente mais real-fantasiada que há*”, o autor
 - (A) expressa uma ironia velada, que aponta a fragilidade intelectual da população rural.
 - (B) cria um contraste expressivo, unindo realidade e imaginação como traços da identidade.
 - (C) indica uma incongruência gramatical, sem função semântica relevante no contexto.
 - (D) reforça a ideia de fantasia, utilizando a contradição apenas como efeito ornamental.
 - (E) confere ao caboclo um sentido pejorativo, aproximando-o da ingenuidade e da ilusão.

4. Na frase “*Caboclo gosta mesmo é da orgia da mata*”, a linguagem assume um tom de:
 - (A) eufemismo – suavização do contato físico com o ambiente natural.
 - (B) hipérbole – destaque exagerado à ausência de civilidade e contenção moral.
 - (C) ironia – expressão de desprezo pelo modo de vida rústico do homem rural.
 - (D) comparação – relação explícita de semelhança entre floresta e desordem moral.
 - (E) metáfora – associação simbólica da natureza ao prazer e à plenitude dos sentidos.



5. No trecho “*Tudo o que vier a sentir faz parte da trama da multiplicação*”, o verbo “*vier*” está empregado no modo subjuntivo para:
- (A) apresentar valor imperativo, associado à expressão de conselho e ordem.
 - (B) funcionar como auxiliar modal, que reforça o tom afirmativo da oração.
 - (C) expressar eventualidade e incerteza, projetando ações futuras de caráter hipotético.
 - (D) indicar ação habitual e certa, situada no plano da experiência concreta.
 - (E) marcar uma relação temporal de anterioridade em relação ao verbo principal.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 7, leia o texto abaixo.

A primeira força

*O tempo voa
descabelado
olhando para chuvas
e paredes esverdeadas.*

*O tempo é porto
de cidades que
nunca mais se erguerão
depois de janeiros
e fomes de amanhã.*

*O tempo é uma tampa
de ferro lançada
violentamente
contra a dor
e a esperança.*

*O tempo é um livro
anfíbio de saudades
e sílabas tonificadas
por dissabor
e quintais incendiados.*

*O tempo se perde
no tato e olfato
de uma tela arquetada
para barcos
e beijos de amantes.*

*O tempo é um canhoto
entardecer iluminado
por solidões
reenchardadas
de frutos, futuros e fins*

(Adaptado de: MIRAGAIA Júlio. Disponível em: <https://www.blogderocha.com.br>)

6. O título “*A primeira força*” relaciona-se com o poema por expressar:
- (A) a visão de que o tempo depende da técnica e do controle humano para existir.
 - (B) a sugestão de que passado e futuro têm o mesmo valor e não se distinguem.
 - (C) a noção de que o amor é a causa principal de toda emoção e inspiração poética.
 - (D) o sentido de que o tempo pode dominar o espírito e orientar o destino das pessoas.
 - (E) a ideia de que o tempo é a energia que suspende a negatividade do pensamento.



7. O uso reiterado do presente do indicativo em “é”, “voa” e “se perde” confere ao poema:
- (A) a ideia de que o tempo está sempre vivo, renovando o instante no poema.
 - (B) o tom de ordem ou conselho, comum em textos com valor de instrução.
 - (C) o sentido de hipótese, típico de uma situação imaginada ou incerta.
 - (D) a impressão de que o texto recorda fatos que já ficaram no passado.
 - (E) a noção de que as ações foram concluídas e não voltam a ocorrer.

Noções de Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 10, considere a Constituição Federal de 1988.

8. O Conselho Nacional do Ministério Público
- (A) possui, dentre suas atribuições, a de rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano.
 - (B) compõe-se de 27 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
 - (C) é presidido pelo Procurador-Geral da República, possuindo, dentre seus membros, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
 - (D) possui, dentre suas atribuições, a de zelar pela sua autonomia funcional e administrativa, podendo recomendar providências, mas não lhe sendo permitido expedir atos regulamentares.
 - (E) tem, dentre seus membros, dois juízes, ambos indicados pelo Supremo Tribunal Federal, e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
-
9. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- (A) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - (B) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei; e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - (C) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; e seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
 - (D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; e repouso semanal remunerado, sempre aos domingos.
 - (E) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; e licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
-
10. Juarez foi, por duas vezes consecutivas, Governador de determinado Estado, tendo ficado quatro anos afastado da política após o término de seu segundo mandato. Pretende, nas próximas eleições, candidatar-se novamente ao mesmo cargo. Já seu vizinho, Fernandez, advogado, brasileiro naturalizado, 40 anos de idade, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República nas próximas eleições. Amélia, também vizinha de Juarez, brasileira nata, 30 anos de idade, analfabeta, deseja se candidatar, nas próximas eleições, ao cargo de Deputada Estadual. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações, pode(m) se candidatar ao(s) cargo(s) que pretende(m):
- (A) Amélia, apenas.
 - (B) Juarez, Fernandez e Amélia.
 - (C) Fernandez, apenas.
 - (D) Juarez, apenas.
 - (E) Fernandez e Amélia, apenas.

Direito Administrativo

11. Determinado servidor titular de cargo efetivo foi acusado de ter se apropriado de bens da repartição pública onde exercia suas funções e, após regular processo administrativo, sofreu a aplicação de pena de demissão. Doze anos após a aplicação da pena demissional, foram reveladas provas inequívocas que evidenciavam que a subtração dos bens fora de autoria de outra pessoa, sem que houvesse participação do servidor demitido. Diante de tais evidências,
- (A) o servidor demitido poderá obter a revisão da pena demissional apenas pela via judicial, por força do princípio do devido processo legal.
 - (B) a revisão da pena demissional somente pode se dar mediante requerimento do servidor, em vista do princípio da inércia administrativa.
 - (C) a pena demissional será revista, o que se justifica pelo princípio da autotutela.
 - (D) não haverá revisão da pena demissional, pois o princípio da segurança jurídica impõe a estabilização da situação pelo decurso do tempo.
 - (E) a pena demissional pode ser revista, sem que haja direito ao ressarcimento das vantagens do cargo, pois tal medida ofenderia o princípio da moralidade administrativa.



12. No Brasil, a Administração Pública é conceitualmente caracterizada pela distinção entre Administração Direta e Indireta. No tocante a tal distinção conceitual,
- (A) os chamados órgãos autônomos também integram a Administração Direta.
 - (B) a Administração Direta abrange apenas os órgãos vinculados ao Poder Executivo.
 - (C) a Administração Indireta abrange as pessoas jurídicas estatais instituídas pelos entes federados sob regime de direito público, não abrangendo as pessoas jurídicas por eles instituídas sob regime de direito privado.
 - (D) a Administração Direta diz respeito à execução direta dos serviços públicos por órgãos e entidades administrativas.
 - (E) a doutrina contesta sua relevância, dado o princípio da unicidade da Administração Pública.
-
13. Determinado servidor foi acusado do cometimento de infração aos seus deveres funcionais, tendo respondido em regular processo administrativo, em que a comissão responsável pelo processamento indicou, em seu relatório final, a aplicação de pena de suspensão por sessenta dias. A autoridade competente para aplicar a sanção, à luz das provas dos autos, decidiu pela aplicação de pena mais rigorosa, no caso, a demissão. Nesse caso,
- (A) a decisão é nula, pois o relatório da comissão é de natureza vinculante, o que se explica em razão do princípio da preclusão administrativa.
 - (B) a autoridade deveria ter devolvido o processo à comissão, que será obrigada a rever seu posicionamento, em observância do princípio hierárquico.
 - (C) a decisão é nula, pois ofende o princípio que veda o agravamento da pena (*reformatio in pejus*).
 - (D) a decisão é válida porém ineficaz, pois sujeita a recurso de ofício a autoridade superior, que deverá solucionar o impasse.
 - (E) o agravamento da pena proposta é possível, desde que devidamente motivado o ato punitivo.

Legislação

14. Conforme a Lei Estadual nº 2.621/2021 do Amapá, o Centro Integrado de Investigação e Inteligência – CIII é
- (A) destinado ao combate às organizações criminosas, além de ter atribuições de discutir e propor estratégias de segurança pública e soluções para o combate à criminalidade.
 - (B) composto por servidores com atribuições investigativas, de segurança pública e de controle de atividades do Estado, previamente cedidos, com ônus para o Ministério Público do Amapá, indicados e designados pelo Governador do Estado.
 - (C) composto exclusivamente por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Amapá, sendo coordenado por um Procurador de Justiça.
 - (D) composto de Coordenadoria; Chefia de Gabinete; Biblioteca; Núcleo de Investigação do Ministério Público; Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado; e Coordenadorias das Promotorias de Justiça com atribuições exclusivamente criminais, com exceção das execuções penais.
 - (E) coordenado por um Procurador de Justiça, sendo seu funcionamento regulamentado por resolução do Colégio de Procuradores, sendo-lhe vedado receber apoio do Gabinete Militar.

15. Considere:

- I. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente de: a) inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo; b) reintegração do anterior ocupante.
- II. Passagem do servidor estável de uma classe para a imediatamente superior àquela que ocupa na respectiva carreira, obedecidos os critérios de avaliação de desempenho, qualificação profissional e cumprimento de adequado interstício.
- III. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão administrativa ou judicialmente, com ressarcimento de todas as vantagens.

De acordo com a Lei Estadual nº 066/1993 do Amapá, os conceitos acima apresentados dizem respeito, respectivamente, a:

- (A) I – reintegração; II – progressão; III – recondução.
- (B) I – recondução; II – ascensão; III – reintegração.
- (C) I – reintegração; II – ascensão; III – recondução.
- (D) I – recondução; II – promoção; III – reintegração.
- (E) I – reintegração; II – promoção; III – recondução.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Quatro números naturais e diferentes de 1, quando multiplicados, fornecem o resultado 1 155. O maior desses quatro números é:
- (A) 77.
 - (B) 33.
 - (C) 11.
 - (D) 7.
 - (E) 35.
-
17. O salário de Júlia é igual a um terço do salário de seu chefe. De quantos por cento deve ser o aumento do seu salário para que fique igual à metade do salário de seu chefe?
- (A) 20%.
 - (B) 100%.
 - (C) 30%.
 - (D) 40%.
 - (E) 50%.
-
18. Maria usou sua calculadora para multiplicar 53 por 17 e apareceu como resultado o número 1431, incorretamente. Isso aconteceu porque ela digitou uma tecla errada. Qual foi o número da tecla que ela apertou erradamente?
- (A) 3.
 - (B) 1.
 - (C) 2.
 - (D) 5.
 - (E) 4.

Noções de Informática

19. Em um órgão público como o Ministério Público Estadual, a automação de documentos e *workflows* administrativos com uso de inteligência artificial tem como objetivo:
- (A) substituir os sistemas de gestão documental por plataformas de mensagens instantâneas, visando agilidade na comunicação entre setores e redução de custos com infraestrutura.
 - (B) reduzir a participação dos servidores nos processos decisórios, transferindo as decisões para sistemas automatizados, com foco na eliminação de erros humanos.
 - (C) eliminar a necessidade de revisão humana em documentos gerados automaticamente, acelerando os fluxos.
 - (D) centralizar todas as tarefas administrativas em um único sistema de IA, diminuindo a complexidade dos fluxos envolvidos.
 - (E) integrar ferramentas inteligentes aos sistemas existentes, permitindo que documentos sejam gerados, classificados e encaminhados automaticamente, com supervisão humana e critérios definidos pela instituição.
-
20. Em um ambiente corporativo de um Ministério Público Estadual, na qual são tratadas informações sensíveis e sigilosas, a adoção de procedimentos de segurança digital é fundamental para proteger a instituição contra ameaças cibernéticas. Entre essas ameaças, destacam-se os vírus, *worms*, *malware*, *phishing* e outras pragas virtuais, as quais podem comprometer a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade dos dados.
- Considerando as melhores práticas de segurança digital para a proteção de sistemas institucionais contra ameaças virtuais, um procedimento de prevenção eficaz e recomendado é
- (A) realizar *backups* completos dos dados sensíveis uma vez por ano, armazenando-os no mesmo servidor principal para agilizar a recuperação em caso de incidente.
 - (B) configurar o navegador para armazenar automaticamente senhas de acesso a sistemas internos, facilitando o *login* rápido dos usuários e reduzindo a perda de tempo com digitação repetitiva.
 - (C) implementar a verificação em duas etapas (2FA) para acessos a sistemas de email e redes internas, exigindo uma segunda forma de autenticação além da senha.
 - (D) criar uma política de senhas que obrigue o uso de sequências numéricas simples, como datas de aniversário, para facilitar a memorização pelo usuário e evitar o registro em papéis.
 - (E) permitir o acesso a *links* suspeitos contidos em e-mails, desde que o usuário utilize o computador em modo visitante, garantindo assim o isolamento de qualquer ameaça potencial.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de Administração Pública

21. A governança está relacionada à capacidade de
- (A) prestar contas.
 - (B) tomar decisões políticas.
 - (C) administrar.
 - (D) exercer o governo.
 - (E) ser transparente.
-
22. São etapas da gestão por competências:
- (A) grupo focal; análise documental; desenvolvimento e captação de competências; processo deliberativo.
 - (B) entrevista; grupo focal; observação visual; processo decisório.
 - (C) análise documental; entrevista; formulação da estratégia organizacional; avaliação.
 - (D) formulação da estratégia da organização; mapeamento de competências; desenvolvimento e captação dessas competências; avaliação.
 - (E) análise documental; mapeamento de competências; avaliação; processo decisório.
-
23. Dentro do fluxo de comunicação, são exemplos de comunicação descendente:
- (A) comunicação decorrente de trabalho em equipe.
 - (B) relato de informações, tendo como origem a linha de frente.
 - (C) instruções, normas a serem seguidas.
 - (D) informações entre colegas de trabalho.
 - (E) explicações advindas de órgãos externos.
-
24. De acordo com previsão expressa da Constituição Federal de 1988, é permitido(a) em relação ao orçamento público:
- (A) emenda individual impositiva apresentada ao projeto de lei orçamentária anual que aloque recursos a Estados por meio de transferência especial.
 - (B) a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, mesmo que sem autorização legislativa, se de um órgão a outro.
 - (C) o início de programa ou projeto não incluídos na lei orçamentária anual, mesmo que respaldado por transferência supletiva.
 - (D) a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos adicionais.
 - (E) a vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundo ou despesas, como regra geral.
-
25. Em razão de normativa vigente em seu Conselho Nacional, o monitoramento da estratégia nacional do Ministério Público será realizado, dentre outros meios, por Reunião
- (A) de Monitoramento de Metas, envolvendo Grupo de Monitoramento, em periodicidade mensal.
 - (B) Mista da Presidência e Corregedoria, de periodicidade bianual.
 - (C) de Acompanhamento Operacional, de periodicidade anual.
 - (D) de Análise da Estratégia, de periodicidade trimestral.
 - (E) de Acompanhamento Tático, de periodicidade quadrimestral.
-
26. O controle interno é um processo integrado, realizado pela Administração e pelo pessoal de uma organização, desenvolvido para tratar dos riscos e fornecer uma garantia razoável de que os objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade serão atingidos. Os objetivos de conformidade são aqueles que se relacionam
- (A) ao conjunto de metas a serem efetivadas com os recursos a elas relacionados.
 - (B) a dados financeiros e não financeiros, internos e externos, podendo abranger a confiabilidade da entidade.
 - (C) ao cumprimento de leis e regulamentações às quais a entidade está sujeita.
 - (D) à eficácia e à eficiência das ações da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro.
 - (E) à regularização das ações a serem executadas para alcance das metas delineadas.
-
27. Na temática da gestão de contratos, é relevante que a Administração Pública busque constantemente aprimorar seus processos de contratação, visando a otimização dos recursos públicos e a obtenção de benefícios para a sociedade. A medida que se relaciona diretamente com a obtenção de preços mais vantajosos e/ou melhoria da qualidade do serviço é
- (A) o planejamento estratégico do projeto contratado.
 - (B) a capacitação de servidores para análise de propostas.
 - (C) a utilização de tecnologias como no pregão.
 - (D) o estabelecimento de metas e indicadores.
 - (E) a promoção da concorrência.



28. Dentro da temática da estrutura organizacional, a estrutura matricial é aquela que
- (A) referencia-se na hierarquia, cabendo ao topo o processo decisório.
 - (B) é flexível, combinando estruturas que promovem gestão mais dinâmica e colaborativa.
 - (C) é rígida, organizando a empresa por funções específicas, como produção, finanças e recursos humanos.
 - (D) centra-se na comunicação aberta e rápida, de poucos níveis hierárquicos.
 - (E) concentra-se em parcerias, dando flexibilidade à gestão.

Noções de Direito Administrativo

29. Sobre o sistema de registro de preços, a Lei nº 14.133/2021 preceitua que
- (A) a ata de registro de preços constitui documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação.
 - (B) é vedada a figura do “carona”, em que determinada entidade não participante da ata de registro de preços solicita a adesão posteriormente, buscando aproveitar-se dos preços ali registrados.
 - (C) no julgamento das propostas é obrigatória a adoção do critério de técnica e preço.
 - (D) tal sistema é modalidade especial e simplificada de licitação, voltada à realização de compras de bens de consumo.
 - (E) é dispensada a manifestação prévia do órgão de assessoramento jurídico quando se tratar de mera adesão a ata de registro de preços.
-
30. A propósito do chamado sistema de controle interno da Administração Pública em âmbito federal, a Constituição Federal de 1988 estatui que
- (A) tal sistema se destina a julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
 - (B) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
 - (C) apenas o Poder Executivo manterá sistema de controle interno, visto que os demais Poderes exercem controle judicial e legislativo.
 - (D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União é uma de suas finalidades.
 - (E) o controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
-
31. Dentre os instrumentos de controle judicial da Administração Pública se notabiliza o mandado de segurança, destinado a
- (A) responsabilizar agente público que atue de forma a violar os princípios da Administração, a lesar o patrimônio público ou a enriquecer ilícitamente no exercício de sua função.
 - (B) suprir a omissão legislativa, quando a norma regulamentadora inviabilizar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (C) proteger a liberdade de locomoção, quando ameaçada por atuação ilegal ou abuso de poder de autoridade pública.
 - (D) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
 - (E) proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, contra atos ilegais ou abuso de poder praticados pelo Estado ou por seus delegatários.
-
32. Durante uma operação policial em área dominada pelo tráfico, um morador da área não envolvido com a atividade criminosa acabou por falecer, vitimado por disparo de arma de fogo. Nesse caso, consoante a jurisprudência do STF, a responsabilidade estatal
- (A) será afastada, pois a intervenção policial é considerada estrito cumprimento do dever legal, não se podendo exigir dos agentes públicos comportamento distinto, em razão da periculosidade da situação.
 - (B) é presumida, sendo aplicável a teoria do risco administrativo, que será afastada apenas se o ente estatal comprovar a presença de causa excludente de responsabilidade.
 - (C) é afastada, a menos que seja demonstrado culpa ou dolo dos agentes envolvidos na operação policial.
 - (D) é baseada na teoria da responsabilidade integral, motivo pelo qual a família será indenizada ainda que presente eventual causa que, em circunstâncias outras, excluiria a responsabilidade.
 - (E) somente ocorrerá se ficar comprovada de forma inequívoca que a origem do disparo fatal decorreu de arma da corporação policial, demonstrando o nexo causal entre a atividade estatal e o evento danoso.
-
33. O regime de responsabilização por atos de improbidade administrativa, estabelecido na Lei nº 8.429/1992,
- (A) é de natureza objetiva, aplicando-se apenas às pessoas jurídicas e não aos seus agentes, que são sujeitos apenas à responsabilidade criminal pelas condutas ali mencionadas.
 - (B) aplica-se de forma limitada aos sucessores ou herdeiros daquele que causar dano ao erário ou se enriquecer ilícitamente, que estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
 - (C) aplica-se às condutas dolosas e também às culposas, desde que estas se caracterizem por culpa grave ou erro grosseiro.
 - (D) é aplicável pelo mero exercício da função pública ou pelo desempenho de competências públicas, desde que configurado o nexo causal entre a conduta do agente e o dano tipificado na lei.
 - (E) não se aplica às pessoas jurídicas, dada a natureza subjetiva da responsabilidade nela prevista, que exige voluntariedade do agente.



34. A Constituição Federal de 1988 prevê, como meio de controle legislativo da atuação do Poder Executivo, a
- (A) aprovação prévia da escolha de Ministros de Estado.
 - (B) autorização prévia de contratos e convênios considerados de grande vulto econômico.
 - (C) aprovação prévia da alienação ou concessão de terras públicas, independentemente do valor ou da extensão.
 - (D) sustação dos atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (E) convocação do Chefe do Poder Executivo para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
-
35. A Lei nº 14.133/2021 admitiu a adoção de meios alternativos de resolução de controvérsias relativas à contratação, estatuidos que a arbitragem
- (A) será realizada no Brasil e em língua portuguesa, observado o princípio da competência-competência.
 - (B) somente será admitida em contratos internacionais.
 - (C) será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.
 - (D) será necessariamente precedida de mediação ou de tentativa de resolução do conflito por *dispute board*.
 - (E) será sempre por equidade e observará o princípio do equilíbrio contratual.
-
36. Uma lei federal autoriza que o Ministério da Saúde instale de forma permanente painéis publicitários (*outdoors*) relacionados à campanha de prevenção da dengue em terrenos privados e em fachadas de edifícios situados nas regiões geográficas de maior incidência da doença. Tal modalidade de intervenção na propriedade constitui
- (A) adjudicação compulsória.
 - (B) ocupação temporária.
 - (C) requisição administrativa.
 - (D) desapropriação de uso.
 - (E) servidão administrativa.

Noções de Direito Processual Penal

37. Nos termos da Lei nº 9.296/1996, para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a
- (A) 3 anos ou em infrações penais conexas.
 - (B) 2 anos, não sendo, porém, cabível a medida em infrações penais conexas.
 - (C) 4 anos, não sendo, porém, cabível a medida em infrações penais conexas.
 - (D) 2 anos ou em infrações penais conexas.
 - (E) 4 anos ou em infrações penais conexas.
-
38. Leila foi investigada pela prática de delito de estelionato (art. 171, *caput*, do Código de Processo Penal). Ao final da fase investigativa, o Ministério Público lhe propôs acordo de não persecução penal, na forma do art. 28-A do Código de Processo Penal. Submetido o acordo à apreciação judicial, o magistrado recusou-se a homologá-lo, julgando que não foram preenchidos os requisitos legais na hipótese. Intimado desta decisão, o Ministério Público poderá interpor
- (A) correição parcial, no prazo de cinco dias.
 - (B) recurso em sentido estrito, no prazo de dez dias.
 - (C) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
 - (D) recurso de apelação, no prazo de cinco dias.
 - (E) recurso de apelação, no prazo de dez dias.
-
39. João, devidamente processado, foi absolvido da acusação de haver praticado o delito de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor (art. 303 do CTB). Intimadas as partes, o Ministério Público interpôs recurso de apelação no prazo legal, o qual foi devidamente recebido. No curso do prazo para apresentação de suas razões recursais, o ofendido, representado por advogado, pleiteou sua admissão como assistente de acusação, requerendo também a abertura de vista para arrazoar o recurso interposto pelo Ministério Público após a apresentação das razões recursais pelo órgão ministerial. Na forma do Código de Processo Penal, o juiz deverá:
- (A) ouvir primeiramente o Ministério Público e, após deferir o pedido de admissão do assistente, indeferir o de abertura de vista para arrazoar o recurso interposto pelo Ministério Público, pois este ato processual é incabível ao assistente.
 - (B) ouvir primeiramente o Ministério Público e após rejeitar o pedido de admissão do assistente de acusação, pois cabível apenas até a sentença.
 - (C) deferir o pedido e admissão do assistente, bem como o de abertura de vista para arrazoar o recurso do Ministério Público, independentemente de manifestação prévia do Ministério Público.
 - (D) ouvir primeiramente o Ministério Público e após deferir o pedido e admissão do assistente, bem como o de abertura de vista para arrazoar o recurso do Ministério Público.
 - (E) rejeitar o pedido de admissão do assistente de acusação, pois cabível apenas até a sentença, independentemente de manifestação prévia do Ministério Público.



40. Rinaldo foi preso em flagrante pela polícia civil da cidade de Macapá após ser surpreendido transportando 5 kg de cocaína no seu veículo que tinha como destino a cidade de Laranjal do Jari. O juiz recebeu o auto de prisão em flagrante e deverá promover audiência de custódia. Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal,
- (A) a não realização da audiência de custódia sem motivação idônea, no prazo estabelecido pelo Código de Processo Penal, não enseja a ilegalidade da prisão, podendo ser sanada por uma decisão proferida no bojo dos autos pelo Magistrado, em até cinco dias, deliberando sobre a legalidade da prisão em flagrante.
 - (B) a audiência de custódia deverá ser promovida no prazo máximo de até 24 horas após a realização da prisão, com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.
 - (C) a audiência de custódia deverá ser promovida no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão, com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.
 - (D) a não realização da audiência de custódia sem motivação idônea, no prazo estabelecido pelo Código de Processo Penal, ensejará a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente, sendo vedada, inclusive, a imediata decretação de prisão preventiva.
 - (E) a audiência de custódia deverá ser promovida no prazo máximo de até 72 horas após a realização da prisão, com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.
-
41. Rodrigo praticou crime de calúnia contra Maurício, policial militar do estado do Amapá. Neste caso, como a vítima é funcionário público e o delito foi praticado em razão de suas funções, a ação penal é pública condicionada à representação. No momento da elaboração do Boletim de Ocorrência, Maurício oferta representação contra Rodrigo para que este seja processado criminalmente. Contudo, Maurício está cogitando renunciar à representação ofertada. Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal,
- (A) é possível a retratação da representação até o trânsito em julgado da ação penal.
 - (B) a representação é irretratável depois de oferecida a denúncia.
 - (C) ofertada a representação não há mais possibilidade de retratação.
 - (D) a representação é irretratável após a decisão judicial que declarar encerrada a instrução do feito.
 - (E) a representação é irretratável após a citação do réu para apresentação de resposta à denúncia.
-
42. Ricardo e Marcelo residem na cidade de Rosana-SP e saíram de barco, para pescar na região de entroncamento dos rios Paraná e Paranapanema, onde também é a divisa entre três Estados (Paraná – cidade de Marilena; Mato Grosso do Sul – cidade de Batayporã; e São Paulo – cidade de Rosana). Quando estavam no meio do rio, Ricardo e Marcelo foram abordados por três homens armados que utilizavam outro barco, os quais subtraíram, mediante grave ameaça, todo o equipamento de pesca, bem como demais pertences pessoais (carteiras, celulares e dinheiros). Ricardo e Marcelo foram resgatados e levados para a cidade de Batayporã-PR, onde registraram Boletim de Ocorrência. Os três roubadores, que residem na cidade de Mirante do Paranapanema-SP, foram presos dois dias depois na cidade de Marilena-PR. Nesse caso, havendo incerteza quanto à jurisdição, uma vez que o crime foi praticado nas divisas de três jurisdições, a competência para processar e julgar os roubadores
- (A) firmar-se-á pela prevenção.
 - (B) firmar-se-á pelo local de residência dos réus, ou seja, a comarca de Mirante do Paranapanema-SP.
 - (C) será da comarca de Batayporã-MS, local onde o Boletim de Ocorrência foi elaborado.
 - (D) firmar-se-á pelo local de residência das vítimas, ou seja, a cidade de Rosana.
 - (E) será da Justiça Estadual do Estado do Paraná, pois os roubadores foram presos na cidade de Marilena.
-
43. Sobre as medidas assecuratórias, na esteira do Código de Processo Penal,
- (A) a hipoteca legal é medida constritiva tanto de bens móveis quanto imóveis do investigado.
 - (B) o juiz poderá autorizar, constatado o interesse público, a utilização de bem sequestrado pelos órgãos de segurança pública previstos na Constituição Federal de 1988, para o desempenho de suas funções.
 - (C) o juiz poderá, a requerimento do Ministério Público, ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo, desde que tenha sido oferecida a denúncia ou queixa.
 - (D) o sequestro autuar-se-á em apartado e não admitirá embargos de terceiro.
 - (E) caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proveitos da infração, desde que não tenham sido transferidos a terceiro.

Noções de Direito Processual Civil

44. Elias foi atropelado por um veículo terrestre e, em razão disso, deseja ingressar com ação de reparação de danos em face do motorista causador do acidente. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, é competente o foro
- (A) do domicílio do réu ou do local do fato.
 - (B) do domicílio do autor ou do local do fato.
 - (C) da capital do respectivo ente federado.
 - (D) do domicílio do réu, exclusivamente.
 - (E) do local de registro do veículo.



45. Considere as assertivas abaixo:

- I. a União.
- II. o Ministério Público.
- III. a pessoa física interessada.
- IV. a Defensoria Pública.
- V. a pessoa jurídica de direito público externo.

São entes legitimados a propor a ação civil pública, o que consta APENAS de

- (A) I, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) I, II e III.

46. Marta foi incluída como única ré em uma ação de cobrança movida por Lúcio na justiça estadual comum. No entanto, há outros devedores que são responsáveis solidários por esta dívida. Com isso, é admissível que Marta inclua os demais devedores no processo por meio

- (A) do *amicus curiae*.
- (B) da denúncia da lide.
- (C) do chamamento ao processo.
- (D) da desconsideração da personalidade jurídica.
- (E) da substituição processual.

47. A citação por edital será feita

- (A) quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.
- (B) quando desconhecido ou incerto o citando.
- (C) em todas as ações de Estado.
- (D) quando o citando for incapaz.
- (E) se o autor, ainda que imotivadamente, a requerer.

48. Na contestação, incumbe ao réu alegar matérias preliminares antes de discutir o mérito. Considere:

- I. prescrição.
- II. coisa julgada.
- III. incompetência relativa.
- IV. decadência.

São matérias preliminares, o que consta APENAS de

- (A) I, II e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

49. Na produção da prova testemunhal,

- (A) a intimação será feita pela via judicial quando a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.
- (B) se o juiz for arrolado como testemunha deverá, em qualquer caso, e obrigatoriamente, declarar-se impedido.
- (C) o juiz inquirirá as testemunhas conjuntamente na mesma sala, iniciando-se as perguntas àquelas arroladas pelo autor e depois às do réu.
- (D) as perguntas serão formuladas às testemunhas de maneira indireta, por intermédio da autoridade judiciária.
- (E) depois de apresentado o rol nos autos do processo, não é permitido substituir as testemunhas.

50. O recurso de apelação terá efeito devolutivo e suspensivo quando a sentença

- (A) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.
- (B) extinguir sem resolução do mérito os embargos do executado.
- (C) homologar a divisão ou demarcação de terras.
- (D) condenar ao pagamento de alimentos.
- (E) julgar procedente o pedido de reparação de danos.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, *Capítulo 10: item 10.2 Na Prova Discursiva-Redação o candidato deve produzir um texto dissertativo-argumentativo autoral, coeso e coerente, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, a partir de proposta única sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos, referido ao presente Edital. [...] 10.8 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da prova Discursiva-Redação. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.*

Texto I

Começou a valer nesta quinta-feira (23/10) em Portugal uma lei de imigração, que torna mais difícil a entrada de brasileiros para trabalhar. Antes, cidadãos de países de língua portuguesa podiam entrar como turistas, encontrar um emprego e regularizar a situação. Com a mudança na lei, todos os cidadãos que pretendem morar em Portugal vão ter que pedir o visto de trabalho ou de estudo nos consulados e só entrar no país quando tiverem a aprovação. O governo português afirmou que a medida busca adequar as políticas migratórias às necessidades do mercado de trabalho e garantir maior controle e organização no acolhimento de estrangeiros.

(Disponível em: <https://g1.globo.com>)

Texto II

*Muito além ou aquém da saudade
Sou ninguém ou alguém além da dor
Que chegou até onde vai o mar e voltou
Encalhado no fado estou
Viajante adiante da viagem
A levar todo mar e Atlântida
Sou cativo de uma tribo sem margem
Sem mais terra sem mal a buscar*

*Portugal do tamanho de um mundo
Cabo Verde apontando pra lá
Há um lugar (onde está?)
Há um lugar (sei que há)
Um lugar que faltei achar
Há um lugar (há de vir)
Só faltou descobrir
Um lugar e ainda quero ir*

(Canção de José Miguel Soares Wisnik composta para o filme **Terra Estrangeira**, de Walter Salles)

Texto III

As migrações de regresso constituem, em rigor, o reverso da emigração; por outras palavras, são contracorrentes migratórias de uma emigração anterior que frequentemente traz associada a ideia de retorno. À semelhança dos movimentos emigratórios, os regressos são influenciados simultaneamente pelos contextos estruturais e conjunturais dos países de acolhimento, o que significa que qualquer dos movimentos pode intensificar-se quando ocorrem mudanças sociais num, ou em ambos os polos, isto tendo por referência apenas as condições estruturais macro. Noutros níveis de análise, também devem ser considerados os contextos individuais ou familiares dos emigrantes.

(Adaptado de: PINHO, Filipa et al. Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 03, Set.-Dez., 2021)

Considerando os textos motivadores I, II e III apresentados, desenvolva uma redação dissertativa-argumentativa sobre o tema:

Processos migratórios no século XXI: desafios e fatores psicossociais nos contextos migratórios



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO